ROMANOS

GORDON H. CLARK



PROJETO
GORDON CLARK

Traduzido do original inglês
Romans
by Gordon H. Clark

via:gordonhclark.reformed.info

Você está autorizado e incentivado a reproduzir e/ou distribuir esse material em qualquer formato, desde que informe o autor, as fontes originais e o tradutor, e que também não altere o seu conteúdo e nem o utilize para quaisquer fins comerciais.

Capa e Tradução por Igor Paz
Revisão por Mariana Ferreira

ÍNDICE

INTRODUÇÃO E TEMA 1.1-17

SAUDAÇÕES 1.1-7

AÇÕES DE GRAÇAS 1.8-15

TEMA: JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ 1.16-17

A NECESSIDADE DO EVANGELHO 1.18–3.20

CONDENAÇÃO DOS GENTIOS 1.18-32

CONDENAÇÃO DOS JUDEUS 2.1–3.8

CONDENAÇÃO DE TODOS OS HOMENS 3.9-20

BREVE DECLARAÇÃO DO PLANO DE SALVAÇÃO: JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ 3.21-31

ABRAÃO, CONFIRMAÇÃO DA JUSTIFICAÇÃO 4.1-25

RESULTADOS DA JUSTIFICAÇÃO 5.1-21

RÉPLICA À PRIMEIRA OBJEÇÃO A JUSTIFICAÇÃO: PROMOVE O PECADO 6.1–8.39

JUSTIFICAÇÃO PRODUZ SANTIFICAÇÃO 6.1-23

LEI E GRAÇA 7.1-25

SEGURANÇA E SALVAÇÃO 8.1-39

RÉPLICA À SEGUNDA OBJEÇÃO: ISTO ANULA A PROMESSA DE DEUS 9.1–11.39

A SOBERANA ESCOLHA DE DEUS 9.1-33

ZELO JUDAICO E DESOBEDIÊNCIA 10.1-21

O FUTURO DE ISRAEL 11.1-36

EXORTAÇÕES PRÁTICAS 12.1–16.27

SERVIÇO NA IGREJA E OUTROS DEVERES 12.1-21

DEVERES POLÍTICOS 13.1-14

RESPONSABILIDADE PESSOAL 14.1-23

AMBIÇÃO MISSIONÁRIA DE PAULO 15.1-33

CUMPRIMENTOS PESSOAIS 16.1-27



A EPÍSTOLA aos Romanos, a mais longa, mais sistemática e a mais profunda de todas as epístolas, e talvez o livro mais importante na Bíblia, foi escrito pelo Apóstolo Paulo (1.1,5). Na ocasião ele estava em Corinto (15.26; 16.1-2). A composição cuidadosa da carta sugere que depois de algumas experiências tempestuosas lá, ele teve um período de lazer antes de arrecadar dinheiro para ajudar os santos de Jerusalém, colocando assim a data no início de 58 d.C. Diferentemente de outras epístolas, Romanos foi escrita para uma igreja que ele nunca tinha visitado (1.10-11,15). Toda ingenuidade da crítica destrutiva nunca tem sido capaz de impugnar a autenticidade da epístola. Assim sendo, sem mais delongas, passemos das críticas para um estudo da sua mensagem.

I. Introdução e tema (1.1-17)

Devido ao fato de Paulo nunca ter visitado Roma, embora vários de seus amigos e convertidos tivessem ido viver lá, ele abre sua carta com uma saudação mais longa do que o comum. Teria sido estranho para uma pessoa particular tratar de uma congregação tão importante e completamente fora de lugar para impor sobre eles tal tratado sobre doutrina fundamental. Portanto, Paulo começa enfatizando seu chamado apostólico (1.1-2).

Alusões casuais mostram o escopo da mente de Paulo e fornece um rico material para estudo tópico. Embora este artigo não possa poupar espaço para desvios do assunto principal, um parágrafo pode dar alguns exemplos.

A doutrina da eleição é aludida em que Paulo foi *chamado* a ser um apóstolo (1.1), e os cristãos romanos foram também *chamados* por Jesus Cristo. Esses Cristãos foram chamados para serem *santos*. Paulo nunca sugeriu que somente alguns cristãos, oficialmente canonizados, são *santos*. Como a epístola é dirigida a *todos* eles (1.7), Paulo evidentemente esperava que todos a lessem. Este é o princípio protestante de uma Bíblia aberta[1]. Então, também, a unidade do Antigo Testamento e do Novo Testamento, ao qual referência posterior será feita, é declarada (1.2). A deidade de Cristo é enfatizada (1.3-4,7). A ocorrência desta ideia aqui é importante porque em 58 d. C. ainda havia muitas pessoas vivas que tinham visto Jesus. A deidade de Cristo portanto não é uma lenda que levou séculos para se desenvolver, talvez sob influência grega, mas era comumente aceita desde o início. Uma vez mais, quando Paulo chama a si mesmo de *servo* de Jesus Cristo (1.1; cf. 7.6; 12.11; 14.18; 16.18) e *adora a* Deus (1.9; 9.4), ele não permite dois atos de adoração, um (*doulia*) a ser dado aos santos e outro (*latria)* a Deus, muito menos uma terceira forma (*hyperdoulia,* ou super-servidão) a ser dada a Virgem Maria.

Depois das saudações (1.1-7), Paulo expressa gratidão pela marcante fé dos Romanos. Ele os assegura do seu desejo de visitá-los e pregar o Evangelho em Roma também, "pois é poder de Deus para salvação de todo aquele que crê", e então ele introduz o tema da epístola, *justificação pela fé* (1.17).

Aqui dois pontos são para ser especialmente notados. Primeiro, como mencionado acima, a mensagem do Antigo Testamento é essencialmente a mesma mensagem do Novo Testamento. Assim como a promessa que Deus fez pelos profetas é em si mesma o Evangelho (1.2-3; cf. Gl 3.8), e como Jesus começou em Moisés a expor *tudo* o que no Antigo Testamento ensinava sobre ele (Lc 24.27), também a justificação pela fé é uma doutrina do Antigo Testamento. Paulo pega este tema de Habacuque 2.4. Segundo, o fato de os quatro primeiros livros do Novo Testamento serem chamados Evangelhos produz a impressão que Romanos não é o Evangelho. Uma distinção às vezes é feita entre o Evangelho a ser pregado no serviço evangelista e algo mais, talvez chamado doutrina ou teologia,

1 Talvez Gordon Clark esteja fazendo alusão ao princípio de que a Bíblia deveria ser acessível a todos, dado que tempos antes do surgimento da Reforma Protestante o povo não tinha acesso direto às Escrituras [N. do T.].

que é descartado como não tão importante. Mas aqui (1.15-17) Paulo enfaticamente identifica a doutrina da justificação pela fé com o Evangelho. O versículo de Habacuque confirma que o Evangelho é o poder de Deus porque nele é revelada uma justiça que vem de Deus pela Fé. O que isto significa é o fardo da epístola.

II. A necessidade do Evangelho (1.18–3.20)

1. Condenação dos gentios (1.18-32)

A necessidade do Evangelho, ou seja, a necessidade de justificação pela fé, é baseada na ira de Deus contra o pecado da humanidade. Este pecado pode ser dividido em impiedade (1.19-20) e iniquidade (v. 24-32). Ira, culpa e responsabilidade pela punição são corretas porque eu conheço a verdade e ainda a suprimo. O que é conhecido de Deus tem se tornado claro a eles (At 14.17). Os atributos eternos da onipotência e deidade, embora invisíveis, são claramente vistos no universo criado tornando-se inescusável para o homem não adorar a Deus. A raça humana, recusando-se a glorificar e agradecer a Deus, tornou-se estúpida, tão estúpida a ponto de cair no nível da idolatria. Eles adoram pássaros, animais e até répteis.

Por causa desta impiedade, Deus os entregou a iniquidade e paixões vis. Este abandono do homem à sua luxúria não é uma permissão passiva, mas é a ira ativa e eficaz do versículo 18. Um dos terríveis resultados é a perversão sexual, que era tão viciante que o Apóstolo Paulo não se refere a homem e mulher, como a tradução coloca, mas simplesmente a machos e fêmeas. Desde que eles rejeitaram a Deus, Deus os deu a uma mente reprovável. Todo tipo de males seguiram: maldade, assassinato, engano, fofoca, crueldade e assim por diante. Embora eles ainda desejem excluir todo conhecimento de Deus de suas mentes, eles não poderiam ser bem-sucedidos nisto. Eles conheciam o julgamento de Deus, a saber, que pessoas que praticam tais coisas são dignas de morte; no entanto eles continuaram em seus caminhos perversos e inteiramente aprovaram aqueles que faziam tais coisas.

2. Condenação dos judeus (2.1–3.8)

Os judeus também estavam dispostos a admitir que os gentios eram tão perversos quanto Paulo havia dito. Mas, no próprio ato de julgar os gentios, os judeus condenaram a si mesmos, pois eles estavam fazendo essencialmente a mesma coisa, ou seja, quebrar a lei de Deus. Desprezando assim as riquezas da bondade de Deus, os judeus estavam acumulando a ira para si mesmos porque o julgamento de Deus é baseado em justiça estrita. Deus recompensa cada homem de acordo com suas obras. àqueles que são pacientes em fazer o bem, Deus dará vida eterna; àqueles que não obedecem a verdade, dará tribulação e angústia. E isto se aplica aos judeus bem como aos gentios. Deus não faz acepção de pessoas. Os gentios pecaram sem a lei Mosaica – eles perecerão sem ela; os judeus pecaram sob a Lei – eles serão julgados por ela. Ter e ouvir a lei não justifica; somente os cumpridores da lei serão justificados. (Em um sentido os gentios também têm a lei de Deus, não a lei Mosaica, mas da sua criação em imagem de Deus eles têm a lei moral escrita em seus corações). Se a ira de Deus fosse a última palavra, justiça estrita seria satisfeita, mas ninguém poderia ser salvo. Porém, antes que a justiça que é dada ao homem pela fé possa ser explicada, mais ênfase deve ser colocada no pecado humano.

Os judeus tinham muitos privilégios espirituais. Ele conheciam mais sobre Deus do que os gentios. Infelizmente, isso os fez orgulhosos, vaidosos e farisaicos. O contraste entre suas profissões de fé e suas condutas levaram os gentios a blasfemar. Aqueles privilégios aumentaram, não diminuíram, suas responsabilidades. Circuncisão e ritual são privilégios, mas para se beneficiar deles é preciso manter a lei. O verdadeiro filho de Deus não é aquele que faz uma profissão exterior recebendo o sacramento; ele é um judeu que é interiormente, aquele em quem o exterior é um sinal sacramental que representa verdadeiramente uma realidade espiritual interior.

Ter os sacramentos e os oráculos de Deus é um grande privilégio, mesmo que alguns façam mau uso deles. A perda de fé do homem não anula as promessas de Deus. Deus será verdadeiro, mesmo que cada homem seja um mentiroso. Alguns judeus tentam argumentar que sua fidelidade contrasta de forma tão nítida com a de fidelidade de Deus, que a bondade de Deus é colocada em uma luz muito mais clara. Mas enfatizar a bondade de Deus é glorificá-lo. Portanto, Deus não deve puni-los por sua

infidelidade. Absurdo! Por este argumento Deus não poderia nem mesmo punir os gentios. Seria sempre apropriado fazer o mal porque o bem poderia vir. Mas nunca é certo fazer o errado. Nunca há uma desculpa para desobedecer aos mandamentos de Deus. Aqueles que adotam este princípio perverso são justamente condenados.

3. Condenação de todos os homens (3.9-20)

Àqueles que perseveram em fazer o bem, buscam a glória e incorrupção, Deus dará vida eterna. Mas não há tais pessoas. Todos estão sob pecado. Não há um justo, nenhum sequer; não há quem busque a Deus. Qualquer que seja a "religião", o Cristianismo não é a busca do homem por Deus nem é a Bíblia um registro de tal busca; o Cristianismo é a busca de Deus pelo homem rebelde e a Bíblia é a sua mensagem de redenção. Os homens precisam de redenção, pois seus pés são rápidos em derramar sangue e não há temor de Deus diante de seus olhos.

A lei foi dada para que toda boca seja calada e que o mundo inteiro fosse culpado diante Deus. Pois pelas obras da lei ninguém jamais será justificado aos olhos de Deus.

Certamente há uma profunda necessidade de algumas boas novas.

III. Breve declaração sobre justificação pela fé (3.21-31)

Se Romanos é o livro mais importante da Bíblia, esta seção é a mais importante em Romanos. Com a plena realização da beleza dos Salmos, a majestade de Isaías, e a popularidade de João 3.16, tem-se uma boa razão para julgar que Romanos 3.25-26 contém mais o Evangelho do que qualquer outra declaração na Bíblia. Vamos estudar a seção com cuidado.

A questão é: se todos são culpados e merecem a ira de Deus, como alguém pode ser salvo?

A resposta é: Deus requer justiça, porém Ele mesmo forneceu a justiça que Ele exige. É uma justiça que não é baseada em nossa obediência

à lei. Na verdade, a Lei e os Profetas têm ensinado esta justiça de Deus, não o homem; mas o homem a recebe pela fé em Jesus Cristo. A fé referida não é uma vaga fé religiosa geral. Atualmente existem vozes públicas exortando as pessoas a terem fé; às vezes o objeto desta fé é o homem, às vezes Deus, e às vezes não é identificado. Em contraste, a fé da qual Paulo fala é definitivamente fé em Jesus Cristo.

A fé não é a justiça que Deus dá, nem é a base da justiça; mas o meio de obtê-lo.

Este plano da redenção é oferecido a todos, pois todos os homens estão no mesmo estado; todos são culpados; todos eles pecaram.

Agora vem a declaração principal sobre a justificação. Mas primeiro, é extremamente importante saber o que o termo *justificação* significa. Isto é descoberto observando como é usado por Paulo e por outros escritores do Novo Testamento.

Em Romanos 2.13 é dito: "Os que praticam a lei serão justificados". Assim, os que praticam a lei não poderiam ser pecadores, mas poderiam ser justificados, segue-se que justificação não significa perdão. Cumpridores da lei não podem ser perdoados[2]. A observação se aplica também a Romanos 3.4, pois Deus nunca é perdoado; e a Romanos 3.20.

Visto que justificação está relacionado com justiça, poderia o termo "justificar" significar *fazer justiça*? Mais uma vez, Romanos 3.4 mostra que não pode, pois ninguém torna Deus justo. Quando também em Lucas 7.29 lemos que "os publicanos justificaram Deus", o texto não quer dizer que eles tornaram Deus justo(Cf. Lc 7.35; 10.29).

A chave para o significado é vista no modo como a justificação é contrastada com a condenação: "por tuas palavras serás justificado e por tuas palavras serás condenado" (Mt 12.37; cf. Rm 5.16; 8.33-34).

Condenar o homem não é torná-lo injusto. Quando um juiz condena um prisioneiro, ele não o torna um criminoso. A condenação não é uma

2 Não podem ser perdoados porque não comentem pecados, pois são cumpridores da lei. Portanto, se não há pecado, não há o que perdoar [N. do T.].

mudança moral no indivíduo. Condenar é declarar o homem culpado. O acusado já cometeu o crime, ele já é uma pessoa perversa; o juiz meramente declara publicamente que ela é culpada. Assim, justificação é o oposto de condenação, é a sentença judicial de Deus de que o acusado não é culpado. *Justificação* portanto significa absolvição.

O acusado, contudo, é culpado. Ele é um pecador. Como então justificação e absolvição são possíveis? Obviamente não pode ser por mérito. Pecadores não merecem o favor de Deus. Justificação, no entanto, é um dom gratuito, inteiramente gratuito, uma questão de graça. Isto ainda não explica como Deus pode justamente declarar inocente um pecador culpado.

Este resultado aparentemente impossível foi realizado através da redenção que está em Jesus Cristo.

Deus enviou Cristo para morrer como um sacrifício propiciatório. *Propiciar* significar apaziguar o ofendido, para desviar sua ira, para torná-lo favorável ao ofensor. É isso que o sangue de Cristo realizou.

Se parecia injusto Deus absolver o culpado, a morte de Cristo satisfaz a exigência de justiça, para que Deus possa justificar o pecador e, ao mesmo tempo, continuar ele mesmo sendo justo. A morte de Cristo, assim, foi um sacrifício para satisfazer a justiça divina e, como uma consequência, nos reconciliar com Deus.

É claro, nem todos os pecadores são absolvidos. O benefício está restrito àqueles que têm fé em Cristo. Fé é o meio pelo qual os benefícios da morte de Cristo são aplicados. A base – como distinguida dos meios – da justificação é o próprio Cristo ou, mais particularmente, a justiça pessoal de Cristo.

Assim, justificação exclui todo orgulho humano nos atos da lei. Cristo tem satisfeito os requisitos de Deus por nós.

IV. Abraão, uma confirmação da justificação (4.1-25)

É visto no exemplo de Abraão que a justificação pela fé é o único método de salvação, e tem sido o único desde a queda de Adão. Abraão foi justificado pela fé, não pelas obras, pois ele não tinha obras da qual se gloriar. A Escritura é clara neste ponto (Gn 15.6).

A palavra aqui, se destacada do material principal de Romanos 3.25-26, poderia dar a impressão de que a fé por si só é a base da justificação. Mas Paulo se dá ao direito de fazer alguma abreviatura da linguagem, em vista do fato de que ele já havia falado tão explicitamente nos versículos acima. Ele já havia falado da fé em Cristo e de ser justificado pela fé em seu sangue. Quando Deus absolve um pecador, Ele não o faz sobre a base de uma justiça que Ele dá ao pecador. A justiça vem ao pecador pela fé; mas desde o início (1.17) Paulo indicou que é a justiça e não a fé que Deus considera quando ele diz: "não é culpado". Nunca se deve esquecer que é o objeto da fé, e não a fé em si, que produz o resultado.

A imputação da justiça, e esta é a graça, mostra que a redenção não é algo que Deus nos deve pelas nossas obras. Davi deixou isso claro (Sl 32.1-2). Deus nos conta justo, não por causa do que fizemos, mas porque Ele pôs a justiça de Cristo em nossa conta.

O princípio da graça exclui até mesmo a circuncisão (bem como o batismo e a Ceia do Senhor também) como base de absolvição. Abraão foi justificado primeiro e só depois circuncidado. Consequentemente Abraão poderia ser o pai da fé dos gentios, bem como dos judeus crentes.

Da mesma forma, a natureza da promessa e da lei apoia a justificação pela fé. A promessa de Deus é nossa simplesmente por acreditarmos nela; seu cumprimento não depende de nós mantermos a lei. A lei especifica penalidades para a desobediência, e se dependêssemos da lei para a bênção de Deus, a fé seria inútil e as promessas também. Não só por isso, mas uma vez que nunca estaremos seguros de que obedeceremos à lei, a garantia da salvação deve depender da fé, promessa e graça. Só assim podemos ter certeza.

Abraão é uma excelente ilustração, pois a promessa que Deus lhe dera era difícil de crer. No entanto, ele não duvidou. O livro de Gênesis não

é apenas história antiga. Ele explica o único plano da redenção que Deus já ofereceu à humanidade. Imputação se aplica a nós hoje tanto quanto a Abraão, desde que, é claro, acreditemos que Cristo foi crucificado pelos nossos pecados e ressuscitou para a nossa justificação.

V. Resultados da justificação (5.1-21)

Embora os resultados da justificação continuem pelos capítulos 6, 7 e 8, esses três formam uma seção especial, de modo que o capítulo 5 deve ser tratado como uma única unidade.

O primeiro resultado mencionado da justificação é a paz com Deus. Anteriormente nós havíamos sido inimigos de Deus. Porém, por meio de Jesus Cristo, recebemos paz, graça e esperança. Até mesmo as nossas tribulações são agora uma benção porque produzem paciência, experiência e uma esperança que não será desapontada. Tudo isto depende da obra de Cristo, que morreu por nós mesmo quando ainda éramos pecadores e inimigos. Agora que fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, e não somos mais inimigos, é ainda certo que Ele nos salvará da ira vindoura.

A morte de Cristo é o fator efetivo; e antes que mais resultados de justificação sejam dados nos próximos três capítulos, é necessário explicar mais detalhadamente como a morte de Cristo realiza seu propósito.

Romanos 5.12-21 são os versículos mais difíceis da epístola. Para compreendê-los, é melhor ter em mente, em primeiro lugar, como eles são apresentados. O parágrafo é desenhado para explicar a justificação. A partir de 3.21, o mérito do sacrifício de Cristo tem sido proeminente, e os versículos imediatamente anteriores enfatizam esse mérito. A obra de Cristo não deve ser explicada por uma comparação da obra de Adão. Qualquer interpretação que destrua a comparação deve estar incorreta. Claro, a obra de Adão e a obra de Cristo são antitéticas em alguns particulares importantes; estas diferenças são cuidadosamente mencionadas e colocadas de lado em 5.15-17. Mas há também um ponto

mais importante de semelhança; a interpretação correta deve descobrir qual é.

A dificuldade da passagem é agravada por sua estrutura gramatical complicada. O versículo 12 começa com a comparação entre Adão e Cristo, mas se interrompe no meio do caminho. A comparação é resumida nos versículos 18 e 19. Os versículos 13 e 14 são um tipo observação em parêntese anexado ao fim do versículo 12, e os versículos 15, 16 e 17 formam outro parêntese ao fim do versículo 14.

A analogia desses versículos é esta: Cristo é a causa da nossa justiça e da nossa justificação da mesma forma que Adão é a causa do nosso pecado e condenação. Como então Adão causou nosso pecado?

Será que Adão trouxe pecado e morte a todos os homens em razão do fato de que todos os homens seguiram seu exemplo, e eles mesmos cometeram transgressões voluntárias?

Esta interpretação deve ser rejeitada por quatro motivos. Primeiro, a frase "todos pecaram" usa um tempo que em grego refere-se a um único ato no tempo passado e não como muitos atos no presente. Segundo, o propósito destes versículos (e isto está certamente claro nos versículos 16 e 17) é mostrar que um pecado de Adão, não muitos, é a causa da morte. Terceiro, a ideia de imitar o exemplo de Adão é explicitamente descartado no versículo 14. E quarto, se nós morremos porque imitamos o exemplo de Adão, então, para manter a comparação entre Adão e Cristo, a justificação teria que ser o resultado da imitação de Cristo.

Talvez, então, alguns podem dizer que "todos pecaram" signifique "todos nos tornamos corrompidos"; ou seja, o pecado de Adão nos causou deterioração física e espiritual e, uma vez que nós naturalmente herdamos sua natureza depravada, nós pecamos e morremos.

Esta interpretação também deve ser rejeitada. É verdade que herdamos uma natureza depravada de Adão, mas este não é o sentido da passagem. Primeiro, "todos nos tornamos corrompidos" é uma tradução impossível. O texto diz "todos pecaram". Segundo, arruína a comparação entre Adão e Cristo. Se nos tornamos pecadores e morremos por causa de

uma mudança moral para pior, poderia se seguir que somos justificados por causa de uma mudança moral para melhor. Tal ideia é essencialmente uma justificação pelas obras, ou melhor, é a posição Católica Romana da justificação pela fé mais obras. Lutero e Calvino, no entanto, deixaram claro para sempre que a justificação é pela fé somente – sem obras, para que Abraão não se gloriasse. Terceiro, os versículos 15-19 enfatizam o *único* pecado de Adão como a base da nossa condenação. Nem nossa depravação e nem nossa pecaminosidade são ditas ser esta base.

Nada disso nega que de fato somos depravados, nem que cometemos pecados, nem de fato, como veremos nos capítulos seguintes, que a justificação é seguida por uma mudança moral e por boas obras. O que isto nega é que qualquer uma dessas coisas seja a base sobre a qual Deus absolve o pecador.

A única interpretação que faz justiça ao texto é que Adão foi nosso substituto ou representante. Ele agiu em nosso lugar. Portanto, quando ele pecou e morreu, todos nós pecamos e morremos. Seu ato representativo, seu único pecado – não os muitos pecados que ele cometeu depois na vida – é a base sobre a qual Deus nos condena. Seu único ato nos fez culpados.

Esta visão de como o pecado de Adão é a causa da nossa culpa preserva a comparação entre Adão e Cristo, pois o todo da descrição bíblica de nossa relação com Cristo está permeado pelo conceito de representação. Nós morremos com Cristo; somos crucificados com Cristo; ressurgimos com Ele; e nos assentaremos com ele nos lugares celestiais. Essas frases não podem ser verdadeiras para nós pessoalmente, pois não tínhamos nascido quando Cristo foi crucificado. Essas expressões são verdadeiras representativamente. Quando Cristo morreu, ele pagou a penalidade do pecado em nosso lugar. Ele tomou nosso lugar. Ele foi o nosso substituto e representante. Portanto, pela culpa de um único homem, Adão, nos foi imputada a condenação; então, pela justiça de um único homem, Jesus Cristo, nos foi imputada a nossa justificação.

Às vezes, afirma-se que esta interpretação é o resultado de preconceitos teológicos. Bastante pelo contrário! A mente natural, que quer gloriar-se, jamais teria inventado essa doutrina. Os homens da Reforma mantiveram isso porque a própria Bíblia os forçou a isto. Para os justos, por

meio da fé, sobre a base na justiça imputada de Cristo, está o escândalo da Cruz.

VI. Réplica à primeira objeção: Justificação promove pecado (6.1–8.39)

1. Justificação produz santificação (6.1-23)

A magnitude da graça de Deus é vista mais claramente quando contrastada com a extensão do pecado. Portanto Paulo acabara de dizer: "onde abundou o pecado, superabundou a graça". A partir deste sentimento, no entanto, a mente pecadora tem uma tendência natural a extrair inferências falaciosas. Por isso, Paulo introduz uma objeção à sua doutrina pela pergunta: "continuaremos a pecar para que a graça superabunde?".

Lembre-se (3.7-8) de que os judeus incrédulos acusaram Paulo de maneira inconsistente e caluniosa, ensinando "façamos o mal, para que venha o bem". É necessário, portanto, defender a justificação contra a acusação de que ela encoraja o pecado. Essa defesa é a doutrina da santificação.

A justificação e a santificação são por vezes mal compreendidas por serem separadas e contrastadas. O adversativo *mas* é colocado entre elas: somos justificados pela fé, *mas*, por um motivo misterioso, devemos agora fazer boas obras. Outros cristãos evitam a afiada antítese, mas deixam os dois como fatos pouco relacionados. Em vez de usar o *mas*, eles usam o *e*: somos justificados pela fé *e*, mudando de assunto, somos santificados pelas obras.

Paulo, no entanto, os relaciona estritamente. Não *mas*, não *e*, mas *portanto*. Somos justificados pela fé, *portanto*, não devemos pecar. Santificação é o propósito da justificação. E com certeza a justificação produz seu resultado, que Paulo é capaz de dizer: "o pecado não terá domínio sobre vós" (6.14). Para corroborar outras expressões bíblicas,

pode-se dizer que a justificação é o portão reto e a santificação é o caminho estreito que leva à glória.

Em resposta à pergunta: "continuaremos a pecar para que a graça superabunde?", o ponto principal dos primeiros quatorze versículos é brevemente este: ninguém que vem a Cristo para a salvação da culpa e do poder do pecado pode querer continuar pecando. A obra de Cristo na cruz foi uma expiação de pecado. O pecador que confia no sangue derramado de Cristo sabe que seu "velho homem está crucificado com ele, para que o corpo do pecado seja destruído" (6.6); e se considera "morto com Cristo" (v. 8). Se o homem não se identifica com o propósito de Cristo de destruir o pecado, e se, em vez de tristeza e ódio do pecado, ele nutre a noção de que pode continuar em pecado para que a graça possa abundar, a conclusão inevitável é a de que este homem não sabe nada de Cristo e não foi justificado. Para falar claramente, é psicologicamente impossível confiar no sangue redentor de Cristo e querer continuar no pecado. A santificação não é meramente o propósito da justificação, como se o propósito pudesse falhar; mas a santificação é o resultado inevitável.

Há uma progressão de pensamento no capítulo 6. Os primeiros quatorze versículos consideram a questão: "pecaremos a fim de que a graça superabunde?". Isto prevê um cálculo perverso do pecado habitual. O versículo 15 faz uma pergunta diferente: "pecaremos porque estamos sob a graça?". Isto não prevê o cálculo do perverso pecado habitual, mas a indiferença indolente de um pecado ocasional, O versículo 1 pergunta: "vamos pecar para isto?". O versículo 15 pergunta: "pecaremos por quê?".

A indiferença indolente não pode ser tão hedionda quanto o cálculo perverso, mas é igualmente excluída. Com a ilustração da escravidão que o próprio Cristo usou, Paulo constrói um silogismo facilmente compreensível: nenhum homem pode servir a dois senhores; nós não somos mais servos do pecado, mas servos de Deus; portanto, é a Deus quem devemos obedecer.

2. Lei e graça (7.1-25)

De algumas maneiras este capítulo é até mais difícil do que 5.12-21. No entanto, os Reformadores estavam bem de acordo quanto ao seu significado. A dificuldade é determinar se Paulo está falando de uma pessoa

regenerada ou não regenerada. Muito das expressões nos versículos 7-13 podem facilmente estar se referindo ao não regenerado, especialmente porque os verbos estão no tempo passado. Mas os versículos 14-25 podem, os verbos no tempo presente, referir-se ao não regenerado? Ou Paulo está descrevendo a experiência normal de um cristão?

Para responder a estas perguntas deve-se observar a posição do capítulo 7 como um todo. O plano da epístola faz da santificação o tópico dos capítulos de 6 a 8. Esperar qualquer coisa, menos uma referência incidental ao estado não regenerado seria quebrar a continuidade do argumento.

Então, também, o contexto mais amplo de todas as epístolas de Paulo, e na verdade de toda a Bíblia, ensina que Cristo experimenta um conflito com o pecado, enquanto que o homem não regenerado está à vontade no pecado. Talvez o não regenerado pode ter algumas pontadas de consciência (1.23; 2.15), mas se não há vida espiritual, o conflito é extremamente superficial (Sl 73.3-12; 119.70; Mt 13.13-15; Rm 3.9-18).

Agora, a pessoa falada neste capítulo é interiormente inclinada ao bem. Quase todos os últimos doze versículos enfatizam isso em nítido contraste com as quatro referências listadas. Aqui a pessoa odeia o mal que ela faz, ela quer fazer o bem, ela se deleita na lei de Deus após o homem interior, e ela agradece a Deus pela libertação através de Jesus Cristo. Essas coisas não são verdadeiras em um não regenerado.

A experiência descrita, portanto, é a experiência normal de um cristão devoto. Quanto mais sincero ele é e mais fielmente ele tenta agradar a Deus, mais cônscio ele é da luta. Assim, a própria ocorrência da luta é evidência de sua regeneração (Sl 38.4; 40.12; Mt 25.41; ICo 3.1-4).

O presente capítulo, portanto, reforça o ensino do capítulo anterior (6.12-13,16) de que a santificação não é, como a justificação, um ato instantâneo. Santificação é a vida em processo de crescimento em santidade. E isto requer esforço (Gl 5.17; Tg 4.7; IPe 2.11). O versículo 21, portanto, não é para ser entendido como o grito de desespero de um condenado, mas como a introdução a ações de graças evocadas pela resposta à pergunta.

Essas observações gerais não resolvem todas as incidentais dificuldades de determinados versículos. Ainda há um número na primeira metade do capítulo. Mas a ideia não é deixada em dúvida. A lei de Deus é boa, espiritual, deve ser um objeto de deleite. No entanto, como lei, não pode justificar o pecador, nem mesmo pode santificar o cristão. A lei pode de fato mostrar o que Deus requer, mas não pode dar vida, inclinação ou força para fazer o bem. Graça é necessária. Mas esta graça é suficiente? O próximo capítulo responde a essa pergunta.

3. Segurança da salvação (8.1-39)

Esta seção de três capítulos (6.1–8.39) ensina, como temos visto, que a justificação pela fé, longe de encorajar o pecado, produz santificação. O presente capítulo, o último dos três, considera a segurança da salvação. Essa segurança é um estágio no processo de santificação. A quebra entre os capítulos, que, claro, não é de Paulo, pois obscurece o fato de que 8.1 é a conclusão do pensamento em 7.25. *Porque* Deus me livrou desta morte, do pecado, *porque* Ele me deu força para lutar, *portanto,* não há nenhuma condenação para aqueles que para aqueles que estão em Cristo Jesus. Esta segurança é apoiada por sete pequenos parágrafos.

(1) Estamos livres da lei (8.1-4). A lei não poderia justificar o pecador; ela pode somente condená-lo. Mas Cristo fez o que a lei não poderia fazer; portanto, sua condenação não alcança o crente.

(2) A salvação é realmente iniciada na regeneração, justificação e santificação (8.5-11). O Espírito de Deus habita no crente. Portanto, em vez de ser carnal, e em inimizade com Deus, o crente está interessado nas coisas do Espírito. O trabalho residente do Espírito estende até mesmo à ressurreição do corpo mortal.

(3) Somos filhos e herdeiros de Deus (8.12-17). A habitação do Espírito nos torna filhos e permite dirigir-nos a Deus como Pai. Quando pensamos em Deus como pai, o Espírito está testemunhando com (não a) nosso espírito de que somos filhos de Deus; e, se filhos, então devemos ser herdeiros de Deus e coerdeiros com Cristo.

(4) A aflição não refuta isto (8.18-28). Cristo era filho de Deus e sofreu; se sofremos com ele, o sofrimento confirma em vez de refutar nossa filiação. Esses sofrimentos não se restringem ao que as pessoas normalmente chamam de perseguição. Eles incluem todas as nossas limitações e fraquezas terrenas, todas as nossas provações e fardos, e nossa sujeição à morte física. Nestes sofrimentos podemos gemer e não saber o que orar; mas o mesmo Espírito residente "faz intercessão pelos santos de acordo com a vontade de Deus. E nós sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam Deus."

(5) Fomos predestinados à vida eterna (8.28-30). Motivos para segurança foram sendo construídos em direção a um clímax. Eles convergem no propósito eterno de Deus. A transição do parágrafo anterior é a frase "aos que foram chamados segundo o seu propósito". Deus tem um plano ou propósito para a história; este plano inclui não só o grande esquema das coisas, mas também todos os detalhes, porque Deus opera todas as coisas de acordo com este propósito divino de que Deus chamou ou escolheu aqueles que agora O amam. Para aquelas pessoas que de antemão conheceu ou escolheu, ele também predestinou a viver uma vida semelhante à de Cristo; e aqueles a quem ele predestinou, ele chamou; uma vez que eles foram efetivamente chamados, Ele os justificou; e aqueles a quem ele justificou, ele também glorificou. Não há nesta progressão nenhum ponto em que um indivíduo possa desistir. Cada um de cada classe anterior é incluído em cada classe subsequente. Todos os predestinados são justificados; todos os justificados serão glorificados. Uma vez que este processo, do começo ao fim, é controlado por Deus, e não depende do nosso trabalho em todas as coisas, a doutrina da predestinação é a mais importante base da segurança da salvação.

(6) Deus é por nós (8.31-34). Ele estava tão interessado em nossa salvação que não poupou o próprio Filho; não se pode supor que Deus daria Seu Filho e retivesse os dons menores da santificação e glorificação. Deus está no controle. É ele quem nos justificou; e isso resolve a questão.

(7) O amor de Deus é imutável (8.35-39). Este parágrafo final não acrescenta motivos para segurança, mas resume-os e reforça suas aplicações. Uma série de fatores são mencionados: fome, perigo, espada,

anjos, principados, coisas do porvir, que às vezes obscurecem a segurança de um cristão; mas nenhum deles é onipotente e Deus é. Ele escolheu nos amar. Portanto, nada pode nos separar do amor de Deus que está em Jesus Cristo nosso Senhor.

VII. Réplica à segunda objeção: Isto anula a promessa de Deus (9.1–11.36)

1. A soberana escolha de Deus (9.1-33)

Paulo naturalmente ansiava pela salvação de sua própria raça; e ele viu que a rejeição de Cristo pelos judeus e a justificação dos gentios pela fé produzem a ilusão de que a Palavra de Deus não teve efeito. As promessas não foram dadas aos Israelitas?

Não, elas não foram. Pelo menos as promessas não foram dadas aos descendentes físicos de Abraão como tais. Esaú também foi excluído em favor de Jacó. Essas exclusões são inerentes à promessa em si; isto é, à escolha de Deus.

Observe bem que a escolha foi feita antes que as crianças tivessem nascido e antes que eles tivessem feito qualquer bem ou mal. Isso foi para mostrar que o fator determinante é o propósito. A eleição não depende de nossas obras, mas daquele que chama.

Deus foi, então, injusto ao escolher Jacó, e não Esaú, antes de nascerem e à parte de suas obras? De modo nenhum. Em primeiro lugar, não é uma questão de justiça, como se Jacó e Esaú tivessem alguma reivindicação sobre Deus, mas de misericórdia e compaixão, Além disso, era prerrogativa de Deus também para endurecer o coração do faraó com o propósito de mostrar seu poder nele.

Então, Deus é injusto ao punir os ímpios, vendo que ninguém pode possivelmente resistir à vontade de Deus? De modo nenhum. Ninguém tem o direito de encontrar falhas em Deus. Deus é como um oleiro. Da mesma

massa de barro ele faz um vaso para honra e outro para desonra. É ridículo supor que a argila possa ditar ao oleiro.

Deus, portanto, preparou certos vasos para a destruição, a fim de fazer conhecidas as riquezas da Sua glória nos vasos de misericórdia que Ele preparou para a glória. E esses vasos de misericórdia incluem alguns gentios e excluem alguns judeus.

O fator distintivo entre os dois grupos é a fé em Cristo. Alguns gentios têm fé; mas alguns judeus, na verdade a maioria, confiando em suas próprias obras, acham que Cristo é uma pedra de tropeço e uma pedra de ofensa.

2. O Zelo judaico e a desobediência (10.1-21)

No entanto, o Paulo natural deseja a salvação dos judeus. Infelizmente, eles são ignorantes da encarnação e da ressurreição, embora Moisés tenha profetizado sobre o Messias, e seus zelos estão centrados em numerosas obras. A justiça da fé, por outro lado, vem mais facilmente, simplesmente, pela aceitação do Evangelho.

Agora, o Evangelho é brevemente isto: Se confessares que Jesus é o Senhor, Adonai, o Jeová do Antigo Testamento, e sinceramente crer na sua ressurreição dentre os mortos, tu serás salvo. E isso se aplica tanto aos judeus quanto aos gentios.

Mas fé ou crença neste Evangelho depende de ouvi-lo; e isso pressupõe a pregação; e isso requer o envio de missionários e evangelistas para todas as nações. Agora, os judeus realmente ouviram, mas eles não acreditaram em nossa pregação; portanto, Deus está provocando e irritando-os, escolhendo os gentios.

3. O futuro de Israel (11.1-36)

Então, Deus lançou fora o seu povo para sempre? De modo nenhum. Primeiro, o seu povo, no sentido daqueles indivíduos que Ele conheceu, Deus não rejeitou. Isso não significa todos os judeus. Pois como era no

tempo de Elias, agora os eleitos são um remanescente. A eleição é da graça, não das obras, de modo que, enquanto o restante obteve a graça, o restante ficou cego. Deus deu a eles o espírito de sono e os fez tropeçar, a fim de trazer a salvação para os gentios.

Claro, ninguém pensaria que Deus jogaria fora o remanescente eleito pela graça. Mas há também outro sentido em que Deus não rejeitará seu povo. Os judeus como raça ainda figuram no plano de Deus e terão um futuro glorioso. Para isso, assim como o empobrecimento dos judeus no primeiro século enriqueceu os gentios, o retorno dos judeus no futuro produzirá bênçãos muito maiores. Será como a vida dos mortos.

A história da Igreja pode ser ilustrada por uma oliveira. Alguns de seus ramos originais e naturais foram quebrados para que os galhos de uma oliveira brava pudessem ser enxertados. Isso, é claro, não é um elogio ou motivo de orgulho para os gentios. E se Deus não poupou os ramos naturais por causa de sua incredulidade, os gentios deveriam ter cuidado para que Deus não os poupe também. Além disso, se Deus enxertou em ramos selvagens, não é ainda mais certo que Ele irá enxertar os ramos naturais em alguma data futura?

A cegueira dos judeus deve continuar até que “a plenitude dos gentios” seja introduzida. Essa plenitude pode indicar uma época em que a grande maioria dos gentios estarão convertidos. Virtualmente o mundo inteiro será cristão. Tal interpretação faz um bom contraste com "todo o Israel" no próximo versículo. Ou “a plenitude dos gentios” poderia se referir a uma época em que todos os gentios a quem Deus escolheu para salvação, embora não a maioria, estarão salvos e Deus não salvará mais nenhum deles. De qualquer forma, quando esta plenitude ocorre, então a grande maioria dos judeus serão salvos também. Esta conversão final dos judeus foi profetizada no Antigo Testamento.

“Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! (…) Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém! ”(11.33,36).

VIII. Exortações práticas (12.1–16.27)

1. Serviço na Igreja (12.1-21)

Com a principal exposição da doutrina concluída, Paulo aqui se volta para uma série de direções para a vida cotidiana. Existem alguns parágrafos coerentes nestes cinco capítulos, mas existem muitas passagens que são meras listas de itens sucessivos.

Primeiro vem uma exortação geral para nos apresentarmos como sacrifícios vivos a Deus (12. 1-2). Tal serviço é adoração inteligente. Então Paulo passa para a ideia de que cada pessoa tem a sua função particular na Igreja. Há muitos membros do mesmo corpo e Deus lhes deu diferentes medidas de fé. Alguns são chamados para profetizar, outros são chamados para ministrar, ensinar, exortar ou governar. Cada um deve realizar seu ofício com simplicidade, diligência e alegria, lembrando que todos eles são membros do mesmo corpo.

As virtudes que devem ser exemplificadas neste serviço, algumas das quais de fato se aplicam além dos limites restritos da organização da igreja, são amor, zelo, esperança, paciência e hospitalidade. A humildade deve substituir o conceito. A paz deve ser buscada, em vez de vingança. "não ser vencido do mal, mas vencendo o mal com o bem ".

2. Deveres Políticos (13.1-14)

O governo não é meramente uma invenção humana; é ordenado por Deus para o bem dos governados; e, portanto, um cristão é obrigado a obedecer às leis, não apenas ter temor de sanções civis, mas principalmente da consciência para com Deus. O emprego da espada e do cobrança de impostos são, resumidamente, as duas funções principais do Estado. Pelo termo “espada”, Paulo quer dizer as penalidades da desobediência, obviamente incluindo a pena de morte e, sem dúvida, a guerra.

A partir dessa passagem, James I da Inglaterra e outros monarcas absolutos defenderam o direito divino dos reis, e alguns teólogos concordaram que os sujeitos devem invariavelmente se submeter. João Calvino e João Knox, ao contrário, apontaram o fato de que os governantes também têm obrigações, podem ser desobedecidos e até mesmo substituídos. Pedro (Atos 5.29) disse: "Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens". As parteiras do Egito também (Ex 1.17) e os pais de Moisés (Ex 2.3) desobedeceram ao faraó. Se então o governo é ordenado por Deus, parece razoável que não tenha autoridade contrária aos mandamentos de Deus.

Mas em todos os casos ordinários, e isso ocorre na maioria das vezes, um cristão deve obedecer à lei.

Ele deve, é claro, obedecer à lei de Deus – os Dez Mandamentos, que especificam o conteúdo do amor. A luz do Evangelho amanheceu, o céu está mais perto do que era, portanto, "Vamos colocar a armadura de luz."

3. Responsabilidade pessoal (14.1-23)

Algumas pessoas são fracas na fé. Em vez de limitar seus escrúpulos aos preceitos da Palavra de Deus, elas se opõem conscientemente a comer porco e são rigorosos na observância de festa e dias de jejum.

Essas pessoas devem ser recebidas na membresia da igreja e não devem ser desprezadas. Mas não devem ser recebidas com o propósito de discutir questões em dúvida; isto é, os fracos e os cristãos supersticiosos que não comem, não servem para estabelecer os padrões para a conduta cristã. Não é da sua prerrogativa, mas de Deus, julgar as ações do cristão mais maduro. Ambos os grupos estão tentando servir ao Senhor, e todos devem estar diante do tribunal de Cristo. Cada indivíduo, portanto, deve pessoalmente assumir suas responsabilidades como ele as vê.

Embora seja o grupo barvalento que é capaz de ser censor e causar atrito, recaiu principalmente sobre aqueles que são mais fortes na fé para diminuir o atrito por uma política de acomodação.

Comer carne de porco e beber vinho não são pecados, são questões de indiferença; mas precisamente porque são indiferentes, não constituem

o Reino de Deus. O Reino consiste em justiça, paz e alegria no Espírito Santo.

Portanto, se qualquer forma de conduta indiferente for capaz de fazer com que um cristão mais fraco viole sua consciência, o cristão mais forte, embora possa permitir-se essas coisas em outras ocasiões, é obrigado a renunciar a elas em tais circunstâncias. Por violação de consciência, fazer o que se acredita errado é um pecado que Deus condena. Ninguém deve levar um cristão fraco a esse pecado.

4. Ambição missionária de Paulo (15.1-33)

O versículo de abertura deste capítulo confirma e reforça os deveres que apenas são impelidos em parte por um apelo ao exemplo de Cristo. Devemos tentar agradar ao nosso próximo, quando é para o seu bem, porque Cristo não agradou a si mesmo. Cristo nos recebeu e, portanto, nós também devemos receber o fraco na fé.

A obra de Cristo traz à mente de Paulo o chamado dos gentios, e isso introduz as ambições missionárias de Paulo. Ele tem estado particularmente ansioso para pregar o Evangelho em lugares onde Cristo não foi nomeado. Este objetivo de iniciar novas igrejas em território não evangelizado é a razão pela qual Paulo não pôde visitar Roma. Felizmente, atualmente seu trabalho na Grécia está acabado e ele pode pensar em levar o Evangelho à Espanha. Isso lhe dará a oportunidade desejada de visitar a cidade imperial. Primeiro, porém, ele deve entregar aos santos pobres de Jerusalém o dinheiro que os gregos tão generosamente contribuíram. Então ele planeja navegar para a Espanha. Ele pede aos cristãos romanos que orem por sua segurança durante sua estada em Jerusalém, pois há sempre o perigo de que os fariseus possam prendê-lo e executá-lo.

5. Cumprimentos pessoais (16.1-27)

Em suas viagens, Paulo havia encontrado multidões de pessoas. Alguns de seus convertidos, por uma razão ou outra, foram para Roma. Portanto, Paulo envia saudações a mais de duas dúzias de santos pelo nome. Febe, que aparentemente deve levar a carta, ele elogia para os romanos pelo seu serviço fiel. Priscila e Áquila, que arriscaram a vida por

causa de Paulo, colocaram sua casa em Roma à disposição da igreja romana para uma de suas congregações particulares, e assim por diante.

Em conclusão, Paulo adverte os romanos para evitarem aqueles que se desviam da doutrina que foi ensinada. Eles podem ser honestos, mas não servem ao nosso Senhor Jesus Cristo.

Então, depois de incluir algumas saudações de seus associados, Paulo termina a epístola com uma bênção e uma doxologia.

GORDON H. CLARK (1902-1985), brilhante filósofo e teólogo calvinista. Dirigiu o Departamento de Filosofia da Butler University por 28 anos. Profundo conhecedor de filosofia antiga e contemporânea, defendeu a revelação proposicional contra o empirismo e o racionalismo.

/ProjetoGordonClark

ProjetoGordonClark



PROJETO
GORDON CLARK